

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

A ditadura militar brasileira e a sua atuação no Uruguai

The Brazilian military dictatorship and its actions in Uruguay

Eliton Felipe e Souza¹

Resumo: este artigo apresenta as relações de interesse desencadeadas pelo governo brasileiro, durante o regime ditatorial do país, entre 1964 e 1985, em relação ao vizinho Uruguai. O trabalho utiliza da intertextualidade para desenvolver um “caminho cronológico” das ações de Brasília contra Montevideú. O texto base para isso é o poema *A função da arte/1*, de Eduardo Galeano. Baseado em documentos diplomáticos de Brasil, Estados Unidos e Argentina, pesquisados pelo autor nos arquivos diplomáticos destes países, e em matérias publicadas pela imprensa, a pesquisa decorre sobre a forma do governo brasileiro intervir econômica, militar e politicamente, influenciando, inclusive, no resultado das eleições de 1971 e no Golpe de Estado de 1973, com a anuência de Washington. Bem como, algumas das ações pós-ditadura que demonstram a tentativa uruguaia de acerto de contas com o passado ditatorial.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Ditadura no Uruguai; Operação 30 horas; América Latina; Golpe de Estado.

Abstract: this article presents the relationships of interest triggered by the Brazilian government, during the country’s dictatorial regime, between 1964 and 1985, in relation to neighboring Uruguay. The work uses intertextuality to develop a “chronological path” of Brasília’s actions against Montevideo. The base text for this is the poem *The function of art/1*, by Eduardo Galeano. Based on diplomatic documents from Brazil, the United States and Argentina, researched by the author in the diplomatic archives of these countries, and on articles published by the press, the research focuses on how the Brazilian government intervenes economically, militarily and politically, even influencing the outcome of the 1971 elections and the 1973 Coup d’Etat, with Washington’s consent. Likewise, some of the post-dictatorship actions that demonstrate Uruguay’s attempt to come to terms with the dictatorial past.

Keywords: Military Dictatorship; Dictatorship in Uruguay; Operation 30 hours; Latin America; Coup d’etat.

1 Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Diretor Geral do Instituto LATINOS de pesquisa e apoio jurídico. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4534-0987>. E-mail: elitonfelipe@gmail.com.



Introdução

Quando o autor uruguaio Eduardo Galeano publicou o *Livro dos abraços*, em 1989, haviam se passado apenas 4 anos do fim da ditadura em seu país. Os desmandos cometidos pelos ditadores Juan María Bordaberry, Pedro Alberto Demicheli Lizaso, Aparicio Méndez e Gregorio Álvarez vinham à tona enquanto ex-prisioneiros como José Alberto Mujica Cordano, conhecido como Pepe Mujica, libertados após a Lei de anistia, davam início à organização do *Movimiento de Participación Popular (MPP)*, levando ao fortalecimento da *Frente Ampla*, que nos anos posteriores chegaria ao poder.

40 O que não se sabia, no entanto, era o quanto o governo brasileiro agira para interferir no sistema político do país vizinho. Mesmo antes do golpe de Estado de 1973, os militares que ocupavam o Executivo em Brasília já se articulavam para garantir os interesses do Brasil em Montevidéu.

Dito isso, neste artigo apresentaremos algumas das ações impostas por Brasília para desestabilizar o governo de Montevideo antes do golpe de Estado de 1973 e, depois, na manutenção do governo ditatorial estabelecido. Para isso, utilizaremos da intertextualidade com o antológico poema *A função da arte/1*, narrando a história de Santiago Kovadloff e seu filho Diego caminhando sobre as dunas altas da ditadura em sua viagem para conhecer o mar e sua imensidão de liberdade em meio a luta contra o regime autoritário uruguaio.

A Operação 30 horas e a interferência brasileira nas eleições uruguaias de 1971 - Ou as dunas altas que se erguem antes do mar

Em novembro de 1971 Santiago Kovadloff poderia ser mais um



dos eleitores que andavam pelas ruas de Montevidéu em direção às Zonas eleitorais da cidade para votar no seu candidato à presidência.

Eram os últimos momentos do governo conservador e repressivo de Jorge Pacheco Areco e havia no ar uma tensão política criada pela fundação, em 5 de fevereiro de 1971, da Frente Ampla de esquerda sob a liderança do general Líber Seregni. Semelhante ao modelo político que levou o socialista Salvador Allende ao poder no Chile, em 4 de setembro de 1970. A frente mobilizou, inclusive, os guerrilheiros do MLN - Tupamaros², a rápida intensificação do apoio popular chamou a atenção dos países vizinhos.

Havia o temor de que o exemplo de Allende se repetisse com os uruguaios, e de que essa eleição, portanto, abrisse mais um precedente contrário aos interesses brasileiros para o restante do continente. Não obstante, como aponta Padros Serra (2007, p. 16) o próprio presidente Areco teria solicitado ao governo brasileiro a intervenção no Uruguai para evitar a chegada da Frente de esquerda ao governo do país.

41

De fato, Brasil e Argentina observavam de perto os movimentos que ocorriam no Uruguai. Em setembro de 1971, por exemplo, o diplomata Antônio Francisco Azeredo da Silveira enviou ao Itamaraty um telegrama descrevendo as relações entre Buenos Aires e Brasília sobre a situação em Montevideo. Nele, Azeredo da Silveira informava que o adido do exército em Buenos Aires, Coronel Sebastião José Ramos de Castro, encontrara-se com os pares argentinos para discutir um plano de invasão do território uruguaio. Os argentinos, no entanto, apontaram o medo de que “uma intervenção militar do Brasil no Uru-

² O Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros foi um grupo guerrilheiro uruguaio criado em 1965, formado por militantes do Partido Socialista e por trabalhadores da produção de cana-de-açúcar, além de militantes de grupos menores da esquerda uruguaia. O nome do grupo tem origem em Tupac Amaru, o último imperador inca, assassinado pelos espanhóis em 1571. Ver mais em De Souza (2024, p. 119)



guai correria fatalmente o grave risco de transformar aquele país no Vietnam da América do Sul” (Embaixada do Brasil na Argentina, 2017, p, 01), deixando claro que não participariam da ação.

A notícia da operação militar que o governo brasileiro estaria organizando começou a circular pela região e, em 03 de janeiro de 1972, a Seção de Segurança do Comando Geral do Ar, subordinada ao Ministério da Aeronáutica, apreendeu panfletos em uma lancha que realizava a travessia Rio-Niterói com informações sobre a possível agressão brasileira sob o título “Ditadura brasileira quer invadir o Uruguai”, apresentando a denúncia do jornal uruguaio *Marcha* (Seção de Segurança do Comando Geral do Ar - Ministério da Aeronáutica, 2017, p. 02):

A operação foi alvo de denúncia pelo semanário *Marcha*. [...] A primeira vez que a denúncia foi realizada de forma enfática no *Marcha* foi em 23 de julho de 1971. O assunto estampou a capa com o título: “otra vez la Cisplatina: Brasil amenaza con la invasión” [...]. Os indícios provinham de círculos militares argentinos. Estavam relacionados com um documento sigiloso enviado pelo embaixador argentino no Brasil, general Osiris Villegas, ao governo argentino, buscando investigar mais informações sobre uma intervenção aberta brasileira. A causa da investigação seria um aviso do governo brasileiro aos meios diplomáticos latino-americanos sobre seu desejo de invadir o Uruguai em um prazo de seis meses, dependendo da evolução da política interna uruguaia. [...] numa data de invasão próxima as eleições do fim do ano. [...] A mobilização de tropas para a fronteira uruguaia na época do sequestro do cônsul Dias Gomide³ não seria para pressionar o governo de Pacheco a negociar com a guerrilha, mas sim estudar as condições da ação. O nome da operação seria uma referência ao tempo necessário para ocupar o país. A operação teria que ser um êxito em menos de dois dias para evitar fortes reações internacionais. Assim a comunidade internacional estaria diante de um fato

42

3 Aloysio Mares Dias Gomide era acusado pelos guerrilheiros uruguaios de ser o representante da ditadura brasileira no Uruguai e, por isso, acabou sequestrado no dia 31 de julho de 1970. Com o governo uruguaio recusando-se a negociar e a aceitar as exigências da soltura de 106 prisioneiros e de um resgate de US\$1 milhão, o cônsul seria libertado somente em fevereiro de 1971 depois de sua família pagar US\$250 mil. Ver mais em Memorial da Democracia (2024).



consumado e não uma situação aberta, que poderia favorecer o país invadido (Wegner, 2009, p. 1342).

Conhecido como *Operação 30 horas* ou *Plano 30 horas*, o projeto de ataque que as FFAA brasileiras elaboraram tinha como intenção, impedir qualquer possibilidade de ascensão da oposição de esquerda à presidência da República do Uruguai.

Brasília, no entanto, não agia de maneira isolada, mas sob a anuência da potência imperialista do continente: Washington estava ciente do que ocorria na região. Datado de 20 de dezembro de 1971, um memorando do governo dos Estados Unidos informa que a ditadura brasileira contribuiu diretamente para a eleição de Juan María Bordaberry. No documento, Kissinger descreve a reunião ocorrida nas ilhas Bermudas entre o presidente estadunidense Richard Nixon, o Primeiro Ministro Britânico Edward Heath, o Secretário de gabinete inglês Burke Trend e o próprio Kissinger. Nela Nixon teria dito que “os brasileiros ajudaram a arranjar a eleição uruguaia” [nossa tradução] (Kissinger, 2017, p. 01). A afirmação teria sido dada baseada na conversa com Médici, em 09 de dezembro daquele ano.

Além disso, em conversa entre Nixon e o Secretário de Estado William Rogers, na tarde de 07 de dezembro de 1971, o chefe de Estado do Estados Unidos afirmou que sobre “a questão uruguaia, aparentemente ele [Médici] ajudou um pouco lá” [nossa tradução] (Nixon Presidential Materials, 2017).

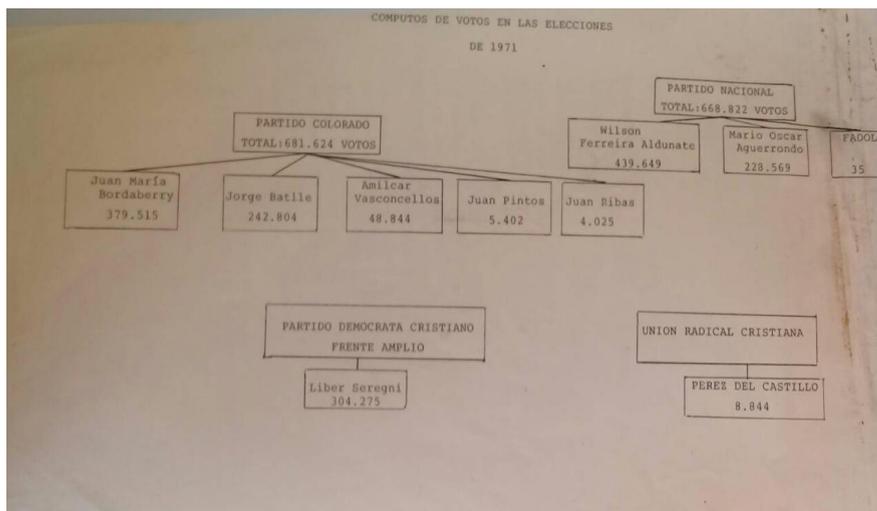
O golpe de Estado estaria a cargo do general Breno Borges Fortes, com tropas brasileiras em prontidão para serem deslocadas dos quartéis de “Bagé, Santana do Livramento, Chuí, todas cidades situadas na fronteira com o Uruguai, e Uruguaiana, na fronteira com



a Argentina” (Reina, 2024). O ditador Médici determinou que o III Exército, sediado em Porto Alegre, realizasse os preparativos para a invasão. As tropas cruzariam as fronteiras em direção a Montevideu e deveriam tomar não só a capital uruguaia, mas pontos estratégicos do país como a hidrelétrica Rincón del Bonete, em Paso de Los Toros, que abastecia a capital.

Apesar de toda a preparação brasileira, não houve a necessidade da ação de Brasília. O resultado das urnas acabou sendo favorável ao Partido Colorado com a eleição de Juan María Bordaberry com 41% dos votos válidos, com penas 12 mil votos mais que o Partido Nacional; a Frente Ampla, por sua vez, alcançou o terceiro lugar, com 18,3% do eleitorado, como pode ser visto na Figura 01.

44 Figura 01 - Resultado das eleições presidenciais do Uruguai no pleito de 1971



Fonte: Embaixada da Argentina no Uruguai (2018, p. 01, apud De Souza, 2019, p. 125).



O que ninguém imaginava, naquele momento, era que o governo brasileiro agia de forma mais ampla do que apenas por meio da *Operação 30 horas*, Brasília estava envolvida até o pescoço no que se passara em Montevideu durante as eleições. Eram as dunas que Santiago Kovadloff teria de superar para chegar ao mar começando a se formar.

A ditadura brasileira não precisou atacar o Uruguai em 1971, pois, como afirmou Nixon em conversa privada no salão oval da Casa Branca, “os brasileiros ajudaram a arranjar a eleição uruguaia”, dando tempo para pavimentar o caminho até o golpe de Estado, dois anos depois (Nixon Presidential Materials, 2017). Logo em 1º de dezembro de 1971, o Partido Blanco já acusava fraude durante a apuração dos votos de 38 urnas da cidade de Montevideu, mas com o reconhecimento de Brasília, Bordaberry foi empossado como 34º presidente uruguaio.

45

O Brasil, o Uruguai e o caminho da liberdade

Com seus respectivos processos de independência consolidados, Brasil e Argentina permaneciam em disputa pelo controle da chamada Banda Oriental do Rio da Prata.

Buenos Aires exigia o respeito às fronteiras coloniais, enquanto o Rio de Janeiro afirmava que o território brasileiro se iniciava no Rio Amazonas indo até o Rio da Prata, estendendo-se por meio de uma fronteira natural.

Com efeito, a província da Cisplatina permaneceu sob domínio brasileiro até 1825, quando foi reintegrada ao território das Províncias Unidas do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires. O conflito só foi efetivamente encerrado após a arbitragem da Grã Bretanha. “O Estado Oriental do Uruguai, como país soberano, nascia em 1828” (Prado, 2001, p. 135).



Apesar de independente, o Uruguai permaneceu sob o espectro do poderio brasileiro. A ação do Rio de Janeiro para estabelecer um governo uruguaio aliado aos intentos do Império do Brasil e contrário ao Paraguai, de Solano Lopes, em 1864, levou o Partido Colorado ao poder, iniciando um período que duraria 95 anos, até a vitória do Partido Blanco, em 1959.

46

Entre 1959 e 1971, o governo uruguaio se afastou do brasileiro e se aproximou do argentino, levando à criação de uma proposta de livre comércio entre os dois países em março de 1970, quando o Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina enviou um memorando à presidência da República sugerindo que “este acuerdo podría incluir eventualmente a Paraguay y Bolivia” (Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina, 2018a, p. 01), e “para demonstrar a boa vontade argentina em relação ao acordo, a chancelaria aconselhava o governo a atender as necessidade comerciais imediatas uruguaias deixando claro as intenções de caminhar com o processo de integração da região” (De Souza, 2019, p. 149).

Com o advento da administração do presidente Perón, na Argentina, o projeto da União aduaneira quase saiu do papel em 1973. Só não foi adiante por conta da pressão da ditadura brasileira sobre o governo de Montevideú. Brasília “advertiu o governo de Montevideú no sentido de que em defesa da própria soberania não aceitasse aquele oferecimento [...] impedi[ndo] qualquer integração econômica com a Argentina, com a qual as relações do Brasil, por causa da represa de Itaipu, atravessavam enormes dificuldades” (Bandeira, 2010, p. 417).

Nesse período, com o crescimento da oposição armada dos Tupamaros e como bem constatado pela embaixada argentina, “el proceso uruguayo sufre una permanente agudización” (Embaixada Da Ar-



gentina no Uruguai, 2018, p. 03).

A partir de 1964, o Uruguai tornou-se uma das principais rotas para exilados brasileiros. Figuras como o presidente deposto João Goulart, o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola e o sociólogo Darcy Ribeiro estavam no país e constantemente recebiam informações de aliados que iam e vinham pela fronteira. Ao mesmo tempo, agentes do Estado brasileiro e do Estados unidos passaram a treinar militares uruguaios nas medidas repressivas e na tortura.

No entanto, Brasil e Uruguai não iniciaram seu intercâmbio repressivo com o golpe de Estado brasileiro de 1964 ou uruguaio de 1973. Na verdade, as trocas de informações entre as respectivas forças de segurança existia desde 1920, quando da assinatura do Convênio Internacional Sul-Americano de Polícia que também tinha como signatários os governos da Argentina, Bolívia, Paraguai e Peru, que se comprometiam a compartilhar informações sobre movimentos anárquicos ou subversivos.

47

Contudo, é com o golpe de Estado de 1973, que as ações repressivas conjuntas entre os dois países ganham força, visto que o governo brasileiro teve participação direta na tomada de poder efetuada por Bordaberry. Logo após a mudança de regime, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) relatou à Brasília as denúncias do Senador uruguaio Wilson Ferreira Aldunate, que estava exilado na Argentina, acusando o Brasil de enviar 300 caminhões militares para dar apoio aos golpistas uruguaios. O CISA ainda apresentava matéria publicada pelo diário argentino, *La Opinión* informando que o Banco do Brasil estava enviando ajuda econômica ao Uruguai (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA, 2017, p. 168).

Brasília já vinha acompanhando de perto as políticas econômicas



uruguaiais. Em maio de 1972, por exemplo, Azeredo da Silveira enviara um Telegrama ao Ministério das Relações Exteriores relatando o crescimento das concessões argentinas a produtos uruguaiois e como os produtores argentinos dessas mercadorias se opuseram aos benefícios dados ao país vizinho (Embaixada do Brasil na Argentina, 2017). Com o golpe de Estado, no entanto, o governo brasileiro passou a interferir mais diretamente nos acordos comerciais do país vizinho, invertendo a balança comercial que pendia favoravelmente à Argentina em 1973, em favor do Brasil a partir de 1974, como indicado na figura 02 a seguir:

Figura 02 - Comércio uruguaio com Brasil e Argentina em milhões de dólares (1973-1984)

48

	ARGENTINA		BRASIL	
	EXP	IMP	EXP	IMP
1973	2,5	21,7	4,8	17,0
1974	8,1	14,8	24,1	15,2
1975	7,4	9,1	17,1	13,0
1976	4,7	10,9	12,6	15,1
1977	5,3	12,5	15,9	12,8
1978	5,6	12,0	18,7	11,9
1979	12,3	18,0	23,2	15,8
1980	13,4	10,4	18,0	17,1
1981	10,8	8,2	1,6	20,9
1982	10,7	8,0	14,3	11,3
1983	8,7	10,4	11,6	13,3
1984	9,5	11,4	12,4	17,5

Fonte: Yaffé (2008, apud De Souza, 2019, p. 157).

Com o Golpe de Estado de 1973, “el capital brasileño vuelve a participar activamente en numerosos sectores de la actividad productiva uruguaya, en tanto el Gobierno de Brasilia concede al de monte-



deo líneas de crédito con diversos fines” (Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina, 2018, p. 154). Outro ponto fundamental no retorno uruguaio à órbita de Brasília foi a entrada de empresas brasileiras no país. Com o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, firmado entre os dois países em 1975, Mendes Junior, Conic, Gerdau e Queiroz Galvão foram algumas das firmas que estabeleceram contratos com o Uruguai.

Me ajuda a olhar!

A ditadura uruguaia ainda perdurou por mais alguns anos, tendo seu fim somente em 1º de março de 1985, com a chegada do civil Julio María Sanguinetti Coirolo ao seu primeiro mandato como presidente da República. Coincidência ou não, em 15 de março de 1985, José Sarney tornou-se o primeiro presidente civil a subir a rampa do Palácio do Planalto como chefe do governo brasileiro desde o golpe de 1964, encerrando a ditadura militar no Brasil.

49

A curta distância entre o fim das duas ditaduras não se refletiu nos acontecimentos políticos seguintes nos dois países. Brasília e Montevideu trataram e ainda tratam da história de seus respectivos países de formas diferentes. O governo brasileiro nunca fez um acerto de contas com o seu passado ditatorial, julgando e condenando seus ditadores e torturadores, o país mantém até hoje a velha lei de anistia que garantiu a impunidade de civis e militares imbricados na repressão aos opositores do regime.

No período de redemocratização dos dois países, brasileiros e uruguaio viram chegar ao poder governantes que estavam engajados na oposição aos regimes ditatoriais. No Brasil, Fernando Henrique Cardoso, eleito e reeleito em 1994 e 1998, Lula entre 2002 e



2010 e novamente agora, desde 2023, e Dilma, entre 2010 e 2016, foram perseguidos durante os anos em que os militares estiveram no poder, mas tiveram sob seus mandatos a marca da conciliação. A única que se propôs a remexer no passado foi Dilma Rousseff, ao criar a Comissão Nacional da Verdade, mas, mesmo assim, sem efetivo efeito punitivo aos envolvidos em crimes do Estado.

50

No Uruguai, por sua vez, a história seguiu por outro caminho. Após a condenação do país na Corte Interamericana de Justiça, a Lei de Anistia, criada em 1986, e que livrava os agentes do Estado da responsabilidade pelos crimes cometidos durante o regime ditatorial foi revogada - o Brasil passou pela mesma condenação, mas a lei continua em vigor -. Além disso, vários militares envolvidos com os abusos repressivos foram condenados e presos, incluindo os ex-ditadores Juan María Bordaberry e Gregório Álvarez, condenados em 2011 a 30 e 25 anos de prisão, respectivamente (Revista Veja 2024; O Globo 2024).

O governo uruguaio agiu, inclusive, em casos ocorridos no Brasil, como na condenação dos coronéis de Exército Carlos Alberto Rossel Argimon e Glauco José Yannone de Leon, presos por integrarem o grupo que sequestrou Lilián Celiberti, junto de seus dois filhos, Camilo e Francesca - de 7 e 3 anos respectivamente - e de seu companheiro de partido Universindo Rodríguez Díaz, na cidade de Porto Alegre, no dia 12 de novembro de 1978 (Silva, 2014, p. 21).

Não é possível apagar o passado e esquecer o que aconteceu durante os anos em que os militares ocuparam o poder, seja no Brasil, seja no Uruguai. Pelo contrário, é preciso lembrar sempre para que nunca mais ocorra e as medidas adotadas pelo governo uruguaio têm esse peso. Aos brasileiros, no entanto, resta fazer como Diego



que, depois de tanto caminhar, ficou mudo de beleza e quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: me ajuda a olhar!

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007.** 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA - CISA. [Relatório] 12 abr. 1973, Brasília D.F. [para] Comando da Aeronáutica. Brasília D.F. 258f. Transmissões radiofônicas do exterior para o Brasil. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervos dos órgãos de Informação do Regime Militar.** Brasília: Arquivo Nacional, 2017, p. 168.

DE SOUZA, Eliton Felipe. **Muy hermanos: a ingerência da ditadura militar brasileira nos países da América do Sul (1964-1985) - uma disputa hegemônica entre Brasil e Argentina.** 2019. 221. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UEDESC), Florianópolis, 2019.

_____. **Muy hermanos: a ingerência da ditadura militar brasileira nos países da América do Sul (1964-1985) - uma disputa hegemônica entre Brasil e Argentina.** Madri: Rede Ibero-Americana de Arquivos Diplomáticos, 2024.

EMBAIXADA DA ARGENTINA NO URUGUAI. [Relatório] 08 jul. 1969, Montevideu [para] Luis Maria de Pablo Pardo - Ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Buenos Aires. 3f.



Medidas adotadas pelo poder executivo uruguaio contra os Tupamaros. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 2f. Situação político-militar. Relações com o Brasil. Situação do Uruguai. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017.

GALEANO, Eduardo. **Livro dos abraços**. 9. ed.. Porto Alegre: L&PM, 2002.

KISSINGER, Henry. [Memorando] 20 dez. 1971, Bermudas [para] Casa Branca. Washington, D.C. 7f. The president's private meeting with British Prime Minister Edward Heath on Monday, December 20, 1971, 1:30 – 05 p.m., in the Sitting Room of Government House, Bermuda. In: Digital National Security Archive (DNSA). **Acervo Chile and the United States: U.S. policy toward democracy, dictatorship, and human rights, 1970-1990**. Washington D.C.: The National Security Archive, 2017c. p. 01.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Cônsul brasileiro é refém no uruguai**: Tupamaros também capturam Dan Mitriane, instrutor de tortura da CIA. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/consul-brasileiro-e-refem-no-uruguai>>. Acesso em: 06/032024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA. [Memorando] 19 mar. 1970. Buenos Aires [para] Presidência da República da Argentina. Buenos Aires, 3f. Propuesta de integración económica argentino-uruguaya. In: Archi-



- vo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul.** Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018a.
- _____. [relatório] 1972. Buenos Aires [para] Presidência da República da Argentina. Buenos Aires, 273f. Informe sobre Brasil año 1971. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul.** Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018b.
- NIXON PRESIDENTIAL MATERIALS. [Gravação] 07 dez. 1971, Casa Branca. Washington, D.C. Conversation between President Richard Nixon and Secretary of State William Rogers. In: Digital National Security Archive (DNSA). **Acervo Nixon:** “Brazil helped rig the Uruguayan elections” 1971. Washington D.C.: The National Security Archive, 2017.
- O GLOBO. **Ex-presidente do Uruguai é condenado a 30 anos de prisão por delitos em ditadura.** Disponível em: <<https://x.gd/Ow0hz>> Acessado em: 13/03/2024.
- PADROS, SERRA, Enrique. Operación 30 Horas: el Uruguay y las fronteras ideológicas de la dictadura brasileña. In: Jornadas Interschuelas/Departamentos de Historia, 11, 2007, San Miguel de Tucumán. **Anais [...]** San Miguel de Tucumán: Universidad de Tucumán, 2007, p. 1-19.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História,** São Paulo, n° 145, 2001, p. 127-149.
- REINA, Eduardo. **Ditadura militar apresentou aos EUA plano de invasão do Uruguai em 1971.** Disponível em: <<https://x.gd/SRSAV>> Acesso em: 06/03/2024.
- REVISTA VEJA. **Uruguai sentencia ex-ditador a 25 anos de prisão:** Gregório Álvarez, de 85 anos, esteve no poder entre 1981 e 1985. Disponível em: <<https://x.gd/7Ks2q>> Acessado em: 13/03/2024.



SEÇÃO DE SEGURANÇA DO COMANDO GERAL DO AR - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. [Ofício] 03 out. 1970, Brasília [para] Secretário Geral de Segurança 219 Nacional. Brasília. 4f. **Panfletos subversivos**. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública.. Acervo da Ditadura Militar. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

SILVA, Maria Cristina. **Representações e exposições do vivido: a trajetória política da uruguaia Lilian Celiberti na ditadura militar**. 2014. 186. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC), Florianópolis, 2014.

WEGNER, Felipe Henrique. Os mistérios da Operação 30 Horas: fantasia ou intervencionismo brasileiro no Uruguai? In: Congresso Internacional de História, 4., 2009, Maringá, **Anais...** História das relações internacionais, 2009, p. 1339-1352.

54

Recebido em: 15/03/2024 • Aprovado em 04/08/2024